

AS PROPOSTAS DE LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA MENDES PARA REFORMAR A ESCRAVIDÃO APRESENTADAS EM SUA MEMÓRIA SOBRE OS ESCRAVOS E TRÁFICO DE ESCRAVATURA ENTRE A COSTA DA ÁFRICA E O BRASIL (1793)

Alisson Eugênio¹

“O amor da pátria me transportou e o desejo de ser útil, do modo que me faz possível, à porção mais infeliz da humanidade.”

Luiz Antônio de Oliveira Mendes (1793).²

Resumo: Neste texto serão analisadas as considerações de um intelectual luso-brasileiro, de origem baiana, Luiz Antônio de Oliveira Mendes, a respeito das condições de saúde dos escravos, desde o tráfico e até o cativo no Brasil, e suas propostas para melhorar tais condições, com o objetivo de saber como ele fundamentou suas críticas e qual estratégia utilizou para convencer os agentes da escravidão da necessidade de mudar a maneira como eles tratavam os indivíduos a ela submetidos.

Palavras-chave: Escravidão; tráfico de escravos; saúde.

THE PROPOSALS OF LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA MENDES TO REFORM SLAVERY PRESENTED IN HIS MEMORY ON THE SLAVES AND SLAVE TRADE BETWEEN THE COAST OF AFRICA AND THE BRAZIL (1793)

Abstract: This paper examines the considerations of a Luzo-Brazilian intellectual, from Bahia, Luiz Antônio de Oliveira Mendes, about the health condition of the slaves, and from trafficking to the captivity in Brazil, and proposals to improve such conditions, in order to know how he based his criticism and what strategy used to convince the agents of slavery from the need to change the way they treated individuals subjected to it.

Keywords: Slavery; slave trade; health.

O texto que será investigado apresenta a mais dura e bem fundamentada crítica à maneira como os escravos eram tratados, desde o tráfico até o cativo,

¹ Prof. de História na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

² Luiz Antônio de Oliveira Mendes. “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”. In: *Memórias Econômicas da Academia Real de Ciência de Lisboa*. Tomo IV. Direção José Luis Cardoso. Lisboa, 1991, p. 50.

elaborada no império português. Por essa razão merece uma análise exclusiva para que se conheça com maior profundidade seus argumentos. Segundo seu autor, um tropel de desgraças abateu-se sobre milhões de africanos, arrastados pelo tráfico de escravos para a América, desde a sua captura em solo materno, até seus últimos dias no cativeiro. Como consequência disso, para ele tamanho foi o infortúnio dos indivíduos submetidos a esse trágico processo de deslocamento humano, que os sobreviventes dele “se podiam chamar homens de ferro ou de pedra”.³

Com essas considerações, Luiz Antônio de Oliveira Mendes expressa o pasmo de uma geração de letrados, sintonizados com o ideário crítico do Iluminismo, diante das calamidades geradas pela escravidão. Quando ele as elaborou, essa forma de organização da produção e a sua fonte abastecedora de mão-de-obra, o tráfico transatlântico, estavam sendo questionados desde pelo menos a publicação da clássica obra do Barão de Montesquieu: *Do espírito das leis* (1749). Estava-se no auge da Era das Luzes. O movimento ilustrado que o gerou desenvolveu uma nova sensibilidade, diante dos dramas da existência humana, sustentado no conceito de humanidade e no sentimento de compaixão embutidos no adjetivo humanitário dela derivado.

Não se quer afirmar que as motivações daquele ilustrado luso-brasileiro, natural da Bahia (1748-1817), que estudou direito, filosofia e medicina na Universidade de Coimbra entre as décadas de 1770 e 1780, tenham sido principalmente de caráter humanitário. Mas seu texto expressa bem uma forma padrão de narrativa surgida na esteira do Iluminismo, cujos temas estão relacionados com os infortúnios da vida cotidiana; narrativa humanitária, conforme a definiu Thomas Laqueur: abordagem extraordinariamente minuciosa dos sofrimentos e da morte de pessoas comuns.⁴

Havia decorrido quase três séculos de migração forçada de parte considerável da população negra africana para o Novo Mundo, quando ele elaborou na sua *Memória* uma das narrativas humanitárias mais comoventes sobre

³ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp. 41-2.

⁴ Thomas W. Laqueur. *Corpos, detalhes e narrativa humanitária*. In: HUNT, Lynn: *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p.240.

as etapas de conversão do negro à escravidão. No entanto, seu texto não é um testemunho fiel da realidade,⁵ embora seus argumentos estejam fundados nela, pois seu objetivo expresso era o de contribuir para transformá-la. Assim, pode ser interpretado como um longo panfleto, um libelo, contra os males do cativo. Por isso, há quem defenda que seu autor foi antiescravista, ao desejar a extinção “para sempre da escravidão dos pretos a todos odiosa”, em uma das passagens polêmicas da versão original de sua *Memória*, suprimidas ou alteradas na versão publicada.⁶

Seja como for, aqui seu escrito será interpretado como um recurso literário, destinado a sensibilizar os negociantes do tráfico, os senhores dos escravos e o Estado para melhorar a triste condição de vida do que ele considerou “a porção mais desgraçada da espécie humana”.⁷ Para isso, elaborou uma narrativa marcada por frases de efeito, por abundância de adjetivos macabros e por histórias trágicas. Assim, construiu uma imagem perversa da escravidão e dos seus agentes, como forma de cobrar destes uma nova postura em relação ao tratamento dos cativos, condizente com os ideais humanitários e com os ditames de eficiência econômica do século XVIII.⁸

Ao todo seu texto tem seis capítulos. O primeiro dedicado à geografia do tráfico e aos costumes da África negra. O segundo tem como foco as modalidades legais e ilegais da conversão de africanos a escravidão. O terceiro descreve o processo de condução deles desde o coração da África até as entranhas da América. O quarto e o quinto, respectivamente, abordam as suas doenças agudas e as suas doenças crônicas, e o último apresenta meios preventivos e curativos para evitar os altos índices de mortalidade que elas provocavam.

⁵ Segundo Alberto de Costa e Silva, o autor talvez nem tenha pisado em solo africano. A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, *Afro-Ásia*, v.28, 2002, p. 255.

⁶ Quem o considera assim é Ana Maria Goldini Raimundo Oda, em seu texto: O banzo e outros males: o pátos dos negros na memória de Oliveira Mendes, *Revista Latino-americana de Psicopatologia fundamental*. v.10, nº 2, 2007, p.359.

⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p.1.

⁸ Sobre a questão da eficiência econômica no século XVIII ver: Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, pp.91-92.

A impressão que Luís Antônio de Oliveira Mendes passa aos leitores sobre as regiões de onde se arrastavam a maioria dos africanos para os portos americanos (Costa da Mina, Angola, Cabinda, Cabo Verde, Moçambique, entre outras) é de uma África selvagem, de clima ardente e doentio, recortada por diversos rios (Niger, Manjuba, Angoi, Ambrio, Bingo, Libongo, Danda, Zange, além de tantos), por sertões secos e mesmo assim habitados pelas mais variadas comunidades que viviam arduamente em suas aldeias, sustentadas pela caça, pela pecuária e agricultura de subsistência, por um artesanato de consumo local e, dependendo do lugar, de um comércio mais intenso com regiões vizinhas, ou às vezes até com regiões distantes, e mineração. Essa mesma África, descrita etnocentricamente com o olhar de um ilustrado europeu que, se muito, conheceu o seu litoral, era habitada, segundo ele, por povos na maioria das vezes bárbaros, de costumes gentílicos, como o da poligamia, que andavam quase nus, viviam em palhoças precárias, muito mal mobiliadas, em cujo centro havia uma fogueira destinada ao preparo das refeições compostas principalmente de feijão, legumes e carne, acrescida de algumas frutas e farinha. Esses povos (Nagôs, geges, cabindas, congos, angolas, miricongos, dandulas, benguelas, minas e muitos outros), mesmo vivendo em um clima tão adverso e de forma precária, são considerados na *Memória* daquele letrado luso-brasileiro robustos, saudáveis e felizes. Afinal, viviam livres, ocupados com suas tarefas do dia-a-dia, e quando não estavam a elas entregues, tomavam suas bebidas, como a aluá (um fermentado de cereal), com suas danças, seus instrumentos musicais, suas cantigas e religiões.⁹

Assim pulsava a vida no imenso e complexo mosaico social africano, conforme a narrativa de Luis Antônio de Oliveira Mendes, quando os portugueses, e posteriormente outras nações europeias, romperam a faixa mediterrânea do Sahael, contornando a costa oeste do continente, desde o cabo Bojador (alcançado em 1434) até o cabo da Boa Esperança (contornado em 1497). Depois disso, o dia a dia de grande parte das populações da África negra mudaria sensivelmente. A chegada dos europeus (motivada inicialmente pelos últimos impulsos das Cruzadas e pela busca de rota alternativa para manter o comércio

⁹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”. Resumo feito com base nas páginas 9 -17.

com o Oriente, após o bloqueio turco da passagem terrestre completado em 1453) interferiu em diversos campos das relações humanas. Uma delas é a escravidão.

Essa forma de organização das relações sociais de produção já existia em numerosas sociedades africanas desde a Antiguidade. Mas, salvo exceções, ela não existiu como fator estrutural da economia local. Em outras palavras, seu funcionamento era complementar ao trabalho predominantemente de natureza geralmente familiar na maior parte das aldeias. Os escravos pertenciam a famílias e não a indivíduos. Tinham personalidade étnica normalmente conservada e não legava sua condição jurídica servil para os seus descendentes.¹⁰

Segundo descrição do autor da *Memória sobre o escravo e tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil*, a escravidão era admitida como punição a crimes, como forma de saldar dívidas e como destino dos derrotados em guerra. Nessas duas primeiras modalidades, havia um juiz, Soba, responsável pelo julgamento dos réis, e somente após sua sentença (podia ser a morte, no caso dos assassinos) se submetiam ao cativo. Na última modalidade, a sorte dos conflitos entre os povos é que decidia quem iria perder, se não a vida, a liberdade.¹¹ Nesse caso podiam mesmo ser entregues aos mercadores de escravos que, desde pelo menos os tempos de Roma, comboiavam cativos pelo Mediterrâneo e pelo Índico.

Na Idade Moderna, a colonização mercantil da América acabou gerando grande demanda de mão-de-obra que, em algumas partes, após esgotado as possibilidades de aproveitar os nativos para o trabalho em grande escala, foi satisfeita com escravos africanos até aproximadamente meados do século XIX. Os portugueses foram os primeiros a se servirem deles, levando-os para o seu reino como serviçais. Posteriormente os usaram nas suas primeiras experiências com a

¹⁰ Informações retiradas de Kátia de Queiroz Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 25-28. Sobre a escravidão nas sociedades africanas há diversos estudos. Entre eles: Paul E. Lovejoy. *Transformation in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Cambridge University Press, 1983.

¹¹ Mendes, "Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil", pp. 18-19. As modalidades de punição sob forma de escravidão nas sociedades africanas na época do descobrimento foram abordadas por: Hebert Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, Funpec, 2004, p. 30, entre outros.

fabricação de açúcar em ilhas conquistadas próximas ao litoral africano ainda no século XV. Por fim, quando introduziram a cultura do mesmo produto no Brasil e, principalmente, quando descobriram ouro, diamantes e outras pedras preciosas no seu interior, os levaram em grande massa para o outro lado do Atlântico. Nesse último momento, o deslocamento humano forçado alcançou tamanha proporção, que sua viabilidade e eficiência somente poderiam ser garantidas com a montagem de um empreendimento empresarial intercontinental enorme e complexo conhecido como tráfico negreiro.

O sucesso desse empreendimento dependeu de uma rede de agentes de uma ponta a outra do oceano. Dos comboieiros, que conduziam negros do mais remoto interior da África, aos leiloeiros, que vendiam os lotes de africanos nos mercados dos portos americanos, havia uma longa jornada a ser seguida pelos que tiveram a infelicidade de ser arrancados da liberdade.

Luis Antônio de Oliveira Mendes descreve essa triste jornada com traços agudos de dramaticidade, para formar a opinião de que os negros eram cruelmente tratados, desde o início de sua jornada, no coração da África, até o seu destino final nos cativeiros da América, e que isso aumentava demasiadamente o número de mortos durante esse longo deslocamento, provocando prejuízos tanto econômicos quanto morais para todos que estavam envolvidos com a escravidão.

O tráfico para as colônias do Novo Mundo começou a ser organizado no século XVI. Até meados do século XIX, quando foi extinto, ele conduziu mais de dez milhões de almas para diversos pontos do novo continente. Somente para o Brasil foram aproximadamente quatro milhões.¹² Toda essa gente não foi produto apenas de justiça dos sobas, nem do equilíbrio instável da geopolítica interna da África, que como nos demais continentes muitas vezes terminava em guerras, e muito menos das calamidades climáticas responsáveis, em alguns lugares, por prolongadas secas que impunham desastrosas epidemias de fome, ao ponto de famílias inteiras se entregarem aos comerciantes de escravos. Ela foi, na maior parte, vítima de raptos organizados por grupos de indivíduos bem armados e apoiados por autoridades locais, sobretudo dos reinos, impérios e confederações

¹² Há muitas divergências sobre o número de africanos transportados para o Brasil, conforme argumenta Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*, p.155.

tribais, que tiveram no comércio negreiro grande fonte de riqueza, o que cada vez mais incentivou comunidades a entrarem em guerra umas com as outras, não mais pelas suas divergências, mas para simples captura de vidas destinadas a alimentar a escravidão na América.¹³

Periodicamente, à medida que levas de indivíduos iam sendo acumulados nos centros de confinamento espalhados por várias regiões africanas, uma caravana liderada por um comboieiro passava para recolhê-los, sob a forma de escambo, e levá-los ao centro de distribuição, como Luanda, capital da Angola, geralmente grandes armazéns no litoral, onde eram revendidos para os agentes incumbidos de atravessá-los pelo oceano. Essa primeira etapa do tráfico negreiro durava meses, pois levava-se muito tempo para formar os comboios na quantidade mais lucrativa possível. Nesse momento, os escravos eram presos pelo pescoço em uma grande e grossa corrente, chamada libambo. Marchavam horas a fio, carregando os suprimentos para sua manutenção e artigos negociáveis pelo caminho. Essa manobra era perigosa, pois, além de longa, comia-se pouco (por questão de redução de custo) e dormia-se ao relento. Dessa forma, muitos não resistiam e acabavam adoecendo e até morrendo ao longo do trajeto. A esse respeito, aquele ilustrado luso-brasileiro relata:

Ainda que na jornada diga o escravo, que está doente, que não pode prosseguir nela, ele é tido por mentiroso; Em vez de se tratar do curativo da doença, que ele tenha, é espancado, para o fazerem marchar: de sorte, que metidos os escravos em o libambo, ou eles devem prosseguir na jornada, e destino, quer possam, quer não possam; ou devem perecer no libambo, como várias vezes sucede.¹⁴

Os que sobreviviam a essa primeira parte (impossível precisar por falta de registro, mas certamente foram muitos) eram negociados no litoral, onde ficavam armazenados por até três meses à espera dos negociantes de além-mar. Ali o

¹³ O aumento das tensões entre as sociedades africanas que resultavam em guerras de aprisionamentos de escravos para satisfação da demanda americana foi abordado por: Hebert Klein. 2004, p. 58. Manoel Florentino. *Em costas negras*. São Paulo, Cia das Letras, 1997, pp. 98-9. Robert Edgar Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 50. Mattoso, *Ser escravo*, pp. 27-28.

¹⁴ Mendes, "Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil", p. 22.

tratamento por eles recebido continuava muito a desejar, pois a comida permanecia escassa e pouco nutritiva e as roupas (se é que se poderia chamar assim os farrapos com os quais chegavam da longa e penosa caminhada) não eram renovadas. Os efeitos trágicos dessa etapa, somadas aos da primeira, eram as inúmeras mortes até o embarque. O historiador britânico Hebert Klein estima que até 30% da mortalidade dos escravos ocorria antes mesmo deles serem embarcados.¹⁵ O autor da memória em análise fornece sobre isso um relato com dados mais assustadores. Segundo ele, era tão grande a quantidade de mortes na escravaria durante a espera dos compradores encarregados de conduzi-la ao seu destino, que saindo de Luanda em cada ano de dez a doze mil escravos, muitas vezes sucederia a situação de somente transportarem “de seis a sete mil para o Brasil”.¹⁶

O próximo passo dessa diáspora nos navios negreiros. Milhares deles cruzavam o oceano durante aproximadamente três séculos com os seus porões abarrotados de carne humana, que a América aguardava sedenta para devorar. Eram conduzidos por uma tripulação chefiada por um capitão responsável pelo escambo com os agentes do tráfico posicionados na costa africana. Em troca dos negros entregavam armas, pólvora, tecidos e artefatos diversos (ferramentas, espelhos, etc.) se viessem da Europa. Se viessem do Brasil, a permuta se fazia com junco, aguardente, açúcar e farinha de mandioca.

Feita a transação (que muitas vezes levava meses porque nem sempre o mesmo centro de distribuição podia abastecer a demanda de tantos navios, obrigando-os a percorrer grande parte da enorme costa africana até completar a sua capacidade máxima) era hora de partir. A viagem demorava de quarenta dias a três meses. Dependia da origem da partida e do ponto final do desembarque, da tonelagem da embarcação, da sua tecnologia de navegação e da sua necessidade de escalas para abastecimento. Enquanto ela durava, as mercadorias vivas ficavam amontoadas nos porões, onde a ventilação era mínima, tornando o ar insalubre, com quase nenhum espaço para mobilidade, com água e comida insuficientes e, às vezes, de má qualidade, e com os mesmos farrapos com os

¹⁵ Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*, p. 157.

¹⁶ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 23.

quais estavam “embrulhadas” quando foram entregues às caravanas dos comboieiros na primeira parte do tráfico.

Luís Antônio de Oliveira Mendes relata que “essa porção da humanidade desgraçada”, após tantas privações da jornada inicial, do armazenamento anterior à travessia oceânica, “que se vai apurando de mão em mão, com resistência a tantos contratempos, de que vai escapando pela força da robustez”, depois de ser “entregue aos capitães dos navios (...), é metida e fechada debaixo da escotilha”.¹⁷ Nesse local ficava até o fim do percurso, sendo escoltada de vez em quando para a superfície a fim de tomar um pouco de sol e ar fresco (uma forma de prevenção contra o avanço de doenças).

Como todo negociante, os atravessadores de escravos também procuraram reduzir os custos da sua mercadoria. Com esse objetivo, seguiam três regras básicas: “1^a) o de permutar, e de fazer a sua escravaria pelo mais barato que possa ser; 2^a) o de meter e o de transportar em um navio quanto lhes seja possível a maior porção dela; 3^a) que com ela se dispenda o menos que possa ser no seu transporte.”¹⁸

O resultado disso não poderia ser lisonjeiro. A mortalidade havia de ser muito alta, principalmente nas primeiras décadas do tráfico, quando a taxa de óbitos gerava em torno de 20% em média por navio. Posteriormente, esse percentual foi sendo reduzido até atingir aproximadamente 6%, a partir das décadas iniciais do séc. XIX. Essa redução, embora expressiva, ainda não foi suficiente para que o índice de mortalidade ficasse dentro do padrão aceitável na época; algo em torno de 2)%. No entanto, contribuiu para que mais negros chegassem vivos à América. Para isso, leis foram criadas, desde as primeiras leis portuguesas (como a de 1664) até as leis inglesas do final do século XVIII,

¹⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 23.

¹⁸ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 24

arbitrando a quantidade de indivíduos relativa ao peso e tamanho das embarcações.¹⁹

Os mortos durante a travessia tinham o mar como sepultura. Nele se atiravam os corpos sem cerimônia ou ritual de deferência às almas que eles abrigaram. Por mais resistentes que fossem, as doenças muitas vezes os venciam. Disenteria, varíola, febres malignas (malária e amarela) e o escorbuto (este com as medidas preventivas, de fácil aplicação e baratas, como o suco de limão, tornou-se raro a partir do final do século XVIII) foram mais as mortíferas. A primeira delas, conhecida na época como fluxo de sangue, eliminado nas evacuações intestinais, derivava das péssimas condições sanitárias dos navios, particularmente nos porões, e da manipulação sem assepsia dos alimentos e da sua corrupção quando acondicionados por longo tempo e sem maiores precauções. Ela sempre estava presente nos negreiros e, se não matasse, deixava junto com outras doenças e com a longa viagem, a escravaria muito debilitada.

A propósito, não é por acaso que o imaginário popular é marcado por uma visão dantesca dos navios negreiros. Os autores empenhados em combater o tráfico, ou ao menos melhorar as suas condições, como o autor em foco nesse texto, junto com os abolicionistas de diversas extirpes, acabaram por produzir relatos horrendos desse abominável negócio para convencer o Estado a extingui-lo. Um dos relatos mais apaixonantes a esse respeito foi feito pelo cirurgião naval Thomas Nelson. Em seu diário, publicado em 1846, ele relata a situação da escravaria do navio Dois de Fevereiro:

Amontoados no convés, e obstruindo as passagens em ambos os lados, agachados, ou melhor curvados, trezentos e sessenta e dois negros, com doença, deficiência e miséria estampadas com intensidade e de tal forma dolorosa que excedia qualquer poder de descrição. A um canto... um grupo de miseráveis estirados, muitos nos últimos estágios da exaustão e todos cobertos com as pústulas da varíola. Observei que muitos deles tinham rastejado até o lugar em que a água havia sido servida, na esperança de conseguir um gole do líquido precioso; mas incapazes de retornarem a seus lugares, jaziam prostrados ao redor da tina. Aqui e ali, em meio ao aglomerado, havia casos isolados da mesma doença repugnante em sua forma confluyente ou pior, e casos de extrema emaciação e exaustão, alguns em estado de completo estupor, outros olhando penosamente ao redor,

¹⁹ Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*. Sobre a redução da mortalidade no tráfico p.137; sobre o padrão aceitável de mortalidade para as populações em migração em navios pp. 134-6. Sobre as leis destinadas a capacidade de transporte dos navios negreiros, pp.148-50.

apontando com dedos para suas bocas crestadas. ... Em todos os lados, rostos esqueléticos e encovados tornados ainda mais hediondos pelas pálpebras intumescidas e pela ejeção puriforme de uma violenta oftalmia, da qual parecia sofrer a maioria; além disso havia figuras reduzidas a pele e osso, curvadas numa postura que originalmente foram forçados a adotar pela falta de espaço, e que a debilidade e rigidez das juntas forçaram-nos a manter.²⁰

Segundo os estudiosos do assunto, essa imagem deprimente não pode ser generalizada para todas as embarcações. Em muitas delas, realmente, o quadro foi mesmo trágico, principalmente se a travessia tivesse durado além demais do previsto, se os embarcados já estivessem mais frágeis do que normalmente estavam ao serem retirados dos depósitos de negros no litoral africano e se as calamidades no navio tivessem extrapolado os limites do suportável. Afinal, cada escravo, por mais barato que custasse ao traficante, se não chegasse vivo e em condições de ser negociado nos mercados americanos, lhe renderia prejuízo de aproximadamente 0,67% da carga total.²¹ Por essa razão, tinham de esmerar-se para reduzir suas perdas, que eram bastante elevadas devido aos efeitos do impacto de toda a cadeia de deslocamento até os navios e dos cálculos para a redução dos custos de seus transporte marítimo. Em outras palavras, embora a travessia fosse brutal e, em muitos casos, sanguinária, seria ilógico na racionalidade econômica dos empresários do tráfico que sua mercadoria ficasse entregue a tantos sofrimentos sem intervenção nenhuma por parte deles. Ao longo da história dessa modalidade comercial, sabe-se que, aos poucos, cirurgiões foram sendo levados nos navios para socorrer os escravos; vacinas contra varíola foram neles aplicadas; suco de limão e outras fontes baratas de vitamina C a eles foram fornecidas. Todavia, muitas vezes isso não era suficiente, dada as características de um negócio fundado na violência.

Quando os navios chegavam do seu destino, começava a terceira e última etapa do tráfico: a exposição dos africanos nos mercados de escravos. O desembarque fazia-se em pequenos barcos a remo, logo após a permissão das

²⁰ Apud: Conrad, *Tumbeiros*, p. 56.

²¹ Klein, *O tráfico de escravos no Atlântico*, p. 132.

autoridades (às vezes isso demorava até 40 dias, quarentena, se houvesse suspeita de a carga negreira ter sido afetada por epidemia de alguma enfermidade contagiosa). Ao desembarcarem, eles passavam por uma contagem pelo pessoal de alfândega, por razões tributárias e, em seguida, eram postos à venda. Em diversas ocasiões ela ocorria tão logo se completava a tributação, pois vários compradores já estavam à espera para escolher os negros mais robustos. Não raramente, lotes inteiros se arrematavam em leilões diretamente pelos grandes proprietários locais ou seus prepostos, quando a demanda exigisse. Os que sobravam a esse primeiro impulso mercantil, eram depositados em locais onde pudessem ser preparados para uma nova exposição.

Por uma questão novamente de custo, nessa etapa o tratamento dos escravos continuava precário como nas outras. Pois, “por se querer liquidar a negociação pela menor despesa, a escravatura se conserva sem novo vestuário, e encontra economia de escassas rações, que”, denuncia o autor da *Memória*, “são feitas daqueles mantimentos que o capitão fez durar por providência para maior tempo de viagem”.²²

Um dos mercados de africanos mais frequentados na América foi o do Valongo, que funcionou entre 1758 e 1831, em uma das maiores cidades receptoras do tráfico negreiro desde o auge da extração de pedras preciosas em Minas Gerais em meados do século XVIII: Rio de Janeiro. Diversos viajantes retratam esse local. Uma das mais lúgubres descrições dele foi elaborada pelo médico prussiano Dr. Meyen no início da década de 1830.

Devido à sujeira dos navios em que haviam sido trazidos e à má qualidade de sua dieta (carne salgada, toucinho e feijão), tinham sido atacados por doenças cutâneas, que a princípio apareciam em pequenas manchas e logo se transformavam em feridas extensas e corrosivas. Devido à fome e miséria, a pele havia perdido sua aparência preta e lustrosa, e assim, com as manchas das erupções esbranquiçadas e cabeças raspadas, com suas fisionomias estúpidas e pasmas, certamente pareciam criaturas que dificilmente alguém gostaria de reconhecer como seu próximo.²³

Um relato não menos trágico e que complementa o anterior foi produzido pelo naturalista alemão George Wilhelm Freireyss em 1814.

²² Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p.25

²³ Conrad, *Tumbeiros*, p. 61

As doenças eram inúmeras e pareciam relacionadas à fadiga, às misérias e aos mau tratos que sofreram na viagem e de que são conseqüências. Muitos morrem de febres infecciosas, disenteria, escorbuto, nostalgia, etc., antes de chegarem ao novo senhor, mas também muitas vezes logo depois. A varíola vitima também anualmente uma grande porção dos infelizes, não obstante, porém, podem ser vacinados gratuitamente, para o que o governo mantém postos vacínicos em muitos lugares. A indiferença, porém dos traficantes pela vida dos escravos é tão grande que não utilizam-se destes postos úteis, e até aqueles que conduzem escravos para o interior saem da capital sem terem vacinado um só preto. Não se pode negar, todavia, que a maior parte sucumbe de falta de cuidados e bons médicos.²⁴

A falta de cuidados médicos aludidos no depoimento de Freireyss é devido à carência de profissionais da medicina e dos preços por eles cobrados. Isso encarecia o custo da escravaria, o que os mercadores procuravam evitar. Assim, os escravos doentes geralmente recebiam atendimento dos barbeiros sangradores, os quais na maioria das vezes submetiam os pacientes a sangrias (extração de sangue para eliminar a corrupção que, de acordo com uma das teorias médicas em voga, provocava uma série de enfermidades), o que os debilitava ainda mais.

Naquele mercado, a espera por compradores era muito desconfortável. O chão se fazia de cama, a comida, como sempre, aquém das necessidades nutricionais e o que sobrava das vestes, depois do longo deslocamento, mal dava para cobrir as partes íntimas. Tudo isso tornava os negros mais propensos às doenças que os levava aos montes para os braços da morte antes de serem vendidos. Tanto que, com o enorme aumento do desembarque negreiro nos anos 1720, motivado pela expansão do extrativismo aurífero nas vilas mineiras, foi construído um novo cemitério, nas proximidades do Valongo. Da sua inauguração até seu fechamento (1722-1830) milhares de africanos foram enterrados nele. Somente no ano de 1828 foram 2019 indivíduos que, depois da travessia, ali encontraram seu leito derradeiro. Em termos percentuais, estima-se que 4% dos

²⁴ George W. Freireyss *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1992, p.130.

desembarcados tinha como destino tal cemitério, conhecido como dos pretos novos.²⁵

No entanto, a mortandade foi bem maior, pois muito dos filhos da África, falecidos antes de se completar o ciclo do tráfico, foram sepultados clandestinamente. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 1915 o intendente de polícia, Paulo Fernandes Vianna, pediu providências ao juiz criminal contra os abusos a esse respeito cometidos pelos agentes do comércio negreiro num local próximo ao mercado dos pretos novos. Diz ele:

Nos fundos da rua nova de São Joaquim e fundos das casas novamente edificadas nos cajueiros era um pântano que, além de nocivo à saúde pública, ainda de mais a mais é cemitério de cadáveres de negros novos, pela ambição dos homens do valongo que para ali os lançavam a fim de se furtarem da despesa de pagar cemitério.²⁶

A imensa travessia, para grande parte dos escravos, terminava nas cidades portuárias e suas adjacências. Mas outros tantos ainda deveriam percorrer enormes distâncias até chegarem ao cativo. Para o vasto interior do país eram conduzidos outra vez em libambos, com a carga das encomendas dos colonos distantes do litoral sobre as costas. Os destinados às montanhas de Minas Gerais precisavam subi-las durante dias e não poucos ficavam pelo caminho, às vezes expostos como banquetes aos abutres.

Ao terminar as gigantescas jornadas percorridas, do seio da África às entranhas da América, quando finalmente os negros encontravam os grilhões do trabalho escravo, o que eles poderiam esperar? Eis a resposta de Luís Antônio de Oliveira Mendes:

Desembarcada esta grande porção de escravatura na América, é conduzida para casa de comum senhor, que também o é do navio, e de toda a negociação. Ali para ser vista de todos, são os escravos postos, e mandados assentar em lotes, e com separação dos grandes aos pequenos, das pretas maiores e menores, na rua pela frente da propriedade do senhor; e quando à noite se faz preciso ser recolhida a escravatura, repousa em um grande armazém térreo, que fica por baixo da propriedade senhorial. Quando esta porção de escravatura chega ao Brasil, consigo pensa, e bem, que entrando na terra prometida da abundância, e da fartura, nada deve lhe faltar; porém

²⁵ Esses dados são fornecidos por: Júlio César da Silva Prreira. *A flor da terra: o cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007, p.112 (relativo ao percentual de mortos) e p.122 (relativo aos mortos em 1828)

²⁶ Apud: Cláudio de Paula Honorato. *Valongo: o mercado de escravos no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado em história, UFF, 2007), p.134.

o contrário lhe sucede, porque por se querer liquidar a negociação pela menor despesa, a mesma escravatura se conserva sem novo vestuário; e encontra a economia de umas escassas rações, que de ordinário são feitas daqueles mantimentos, que o capitão fez durar por providência para maior tempo da viagem.²⁷

A desgraça que lhes aguardava era proporcionada pelas duras tarefas cotidianas, cumpridas do alvorecer ao crepúsculo, e pelo mau tratamento a eles imposto (alimentação inadequada e insuficiente, vestimenta precária, senzalas insalubres e mal equipadas, reduzido tempo de descanso e castigos ocasionais ou mesmo recorrentes se as ordens não fossem satisfatoriamente cumpridas ou se alguma falta mais grave fosse cometida). A consequência disso não poderia ser outra: tornavam-se presas fáceis para as doenças, ficando, se afetados por elas, sob a espreita da morte.

O problema do tratamento (um problema só observado por escritores jesuítas a partir do século XVII), que em geral não era bom porque o custo para isso era (enquanto a oferta de africanos esteve em alta e com preços baixos) no entendimento dos grandes proprietários mais caro do que a compra de um novo escravo, está inserido em um estorvo ainda maior: o da adaptação do negro ao novo ambiente cultural, geográfico e econômico. Na condição de desterrados, forçadamente arrancados de suas raízes, o universo da escravidão era um mundo repleto de incertezas. Quase tudo era diferente de sua vida anterior: a religiosidade, a alimentação, as frentes, as formas de trabalho, as relações de parentesco, entre outros aspectos da vida cotidiana; tudo isso exigiu, lenta, dolorosa e difícil adaptação que transformou a vida em “contínuo martírio”, como caracterizou o autor da *Memória* em estudo.²⁸

Conforme investigou “os povos africanos em os países de sua habitação e natalício são muito menos atacados” por doenças, o que “se deve ao ar a que estão acostumados (...), aos seus constantes e certos alimentos, às águas de que

²⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp.25-26

²⁸ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 26.

usam e a que são habituados.” Porém, “eles em mudança, em que encontram novos ares, desacostumadas comidas e outras águas, já são mais acometidos”.²⁹

Havia os que não conseguiam adaptar-se (impossível estimar a quantidade por falta de registro), e logo morriam, ou deixavam-se morrer, ou até mesmo se matavam. Os que se adaptavam podiam viver, normalmente, alguns anos (atingir a velhice era exceção) se resistissem aos infortúnios da escravidão e às doenças, que os ameaçavam a todo instante com: o frio, a fome, a violência diária, os acidentes, os surtos epidêmicos, o excesso de trabalho, entre outras calamidades.

Entre tantas enfermidades que vitimavam a população cativa, várias se destacam pela sua recorrência e morbidade. O autor em questão elenca alguma delas, as classificando em dois grupos: agudas e crônicas.

No primeiro grupo estão então todas enfermidades “que ordinariamente acometem aos pretos escravos, e que são adquiridas nas mudanças dos seus alongados transportes, aonde tudo de mau e contrário à conservação da saúde os persegue”.³⁰ São elas: febres malignas (febre amarela), hemorragias, ou fluxo hemorrágico anal (disenteria), corrupção do bicho (maculo), tosses e constipações, sezões (malária), opilação (acilostomíase), bexigas (varíola), doença do bicho e carbúnculos (edemas cutâneos).

“A primeira, e mais prejudicial das moléstias agudas, que sofrem os pretos escravos”, tanto “nos reinos africanos, como quando descem dos seus sertões, na estada dos portos marítimos, no seu transporte, e mesmo no Brasil”, são “umas grandes e repentinas febres, bem semelhantes às perniciosas, as quais (...) em poucos dias os matam”. Os indivíduos afetados por esta “terrível e destruidora enfermidade”, causada por picada de insetos transmissores de um vírus originário de certas espécies de macacos, apresentam “sonolência que, crescendo por efeitos (...) da ardentíssima febre, prostram o enfermo de um tal modo, e este tão veemente, que o entregam a um letárgico, do qual no seu auge se passa para a outra vida”.³¹

²⁹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 28.

³⁰ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 27.

³¹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 28

“Na segunda classe de enfermidades agudas devem ser postas, por serem gravíssimas, as hemorragias que muito acometem a escravatura, sendo estas as que levam à sepultura grande parte” dela, e a todos conhecido como “mal de Luanda”. Essa doença, derivada da contaminação da alimentação, e da água em situações sanitárias insatisfatórias, provoca uma “evacuação contínua, e por efeito dela o intestino reto se dilata, e o ânus se circula com lábios esponjosos, que nascem do interior da via”.³²

“A terceira qualidade de doenças agudas que costuma atacar a escravatura (...) vem o que se chama do bicho”.³³ Trata-se do que na medicina da época se definia como maculo ou corrupção do bicho: uma inflamação entre as porções mais baixas do aparelho digestivo e o ânus, extremamente incômoda, dolorosa e mortífera.

“Na ordem das mesmas moléstias agudas, em quarto lugar devem ser postas as infindas constipações e as frequentíssimas e veementes tosses”. Estas encontravam terreno fértil para causar os seus estragos na estação do frio, ou nos horários em que a temperatura cai bruscamente, e, principalmente, no “mau trato e falta do vestuário preciso, o que consome e destrói muita escravatura”.³⁴

Em seguida, “ocupam o quinto lugar as infinitas sezões, que, começando em terçãs e quartãs, com o aumento de horas vindo a acompanhar umas e outras, fazem com que muita escravatura faleça”. Todavia, se “os escravos chegam a escapar” delas, neles ainda ficam as opilações que, “dentro de poucos tempos estragando-os, os levam à sepultura, são postas no sexto lugar das enfermidades agudas.”³⁵

A quinta moléstia acima denominada como sezões é a malária. Muito comum nas regiões de densas florestas tropicais, ela tornou-se endêmica no Brasil

³² Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 28.

³³ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 29.

³⁴ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 29.

³⁵ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 29.

e foi um dos maiores males da população como um todo. Causada por um protozoário da espécie *plasmodium*, facilmente encontrado ao sul do Equador, transmitido pela fêmea do mosquito anófeles, provoca grande cansaço, perda de apetite, dor de cabeça e muscular. A isso se acrescentam ataques cíclicos de tremura, febre alta, frio intenso, náusea e vômito. A sexta moléstia acima denominada opilação, também endêmica no nosso país, é muito comum em populações pobres facilmente atacadas por verminoses, devido às suas lastimadoras condições sanitárias. Depois de longos debates, os médicos tropicalistas descobriram tratar-se da ancilostomíase, originada de um nematóide hematófago (ancilóstomo) que ataca a mucosa intestinal para saciar seu voraz apetite por sangue, causando anemia aos seus hospedeiros.³⁶

“A sétima qualidade de doenças agudas, que matam o escravo, vem a ser as bexigas” (nome popular da varíola) “e o sarampo, que os experientes dos países africanos têm visto repetir diversas vezes, já em seus sertões, já nos presídios, já em portos marítimos, já no embarque e ainda mesmo no Brasil”. Por serem altamente contagiosas, “começando em um só escravo se comunicam a todo o lote da escravatura”, o que provocou inúmeras perdas de vida. No caso da varíola, com a descoberta de um preventivo, por meio de vacina, no final do século XVIII, houve considerável redução de mortes à medida que foi sendo generalizada, quando as autoridades públicas passaram a ofertá-las gratuitamente.³⁷

“A oitava espécie ou qualidade de enfermidades agudas (...) frequentes na Costa da Mina e no Brasil, vem a ser a doença do bicho de outra qualidade”. Diferente da anteriormente abordada, que ataca o intestino reto e o ânus, “este bicho se cria nos corpos dos pretos (...) e de ordinário se acha nos braços e nas pernas. Dada a gravidade dos seus efeitos (inchaço, dor e até gangrena) ele deve ser cuidadosamente extraído com agulha ou alfinete; caso contrário, a vítima ou morre ou fica inutilizada para o trabalho”.³⁸

³⁶ Uma análise dos debates sobre tal doença foi feita por Flavio Coelho Edler, no artigo “Opilação ou ancilostomíase: a sociologia de uma descoberta científica.” *Varia*, Revista de História da FAFICH/UFMG, n° 32, 2004, p. 48-54

³⁷ Sobre a vacinação contra a varíola, particularmente na população escrava, há pelo menos dois trabalhos: Sidney Chalhoub. *Cidade febril*. São Paulo, Cia das Letras, 1999, pp. 110-13 e Honorato, “Valongo”, pp.120-26.

³⁸ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 30.

“Na classe das doenças agudas têm o nono lugar os carbúnculos ou antrazes, que são frequentes nos países de nascimento dos escravos, como em portos marítimos, e no Brasil.”³⁹ Essa moléstia, assim denominada por apresentar uma mancha escura nas partes afetadas, é um tipo de edema cutâneo que se manifesta sob a forma de uma grande e incômoda pústula, a qual se devia sangrar para eliminar o material inflamado, depois lavar com aguardente e cauterizar.

O segundo grupo de doenças, classificadas por Luís Antônio de Oliveira Mendes como crônicas, é formado por oito malefícios: banzo, sarna, boubas, escorbuto, bicho do pé, lombrigas, hidropsia e ressecção dos bofes (ressecamento de órgãos do sistema digestivo). A primeira delas, ele define da seguinte maneira:

O banzo é um ressentimento estranhado por qualquer princípio, como por exemplo; a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda de liberdade; a meditação continuada da aspereza, com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo, que pode melancolizar. É uma paixão de alma, a que se entregam, que só é extinta com a morte.⁴⁰

Como exemplo da manifestação da doença depressiva em sua *Memória* há um relato comovente, obtido de Raimundo Jalama, administrador do contrato das companhias do Pará e Pernambuco (criadas por Marquês de Pombal entre 1755 e 1759) por dez anos na cidade de São Paulo de Luanda. Segundo ele entre tantas cargas de africanos remetidos para o Brasil estava uma escrava, com uma filha de aproximadamente sete anos, “que se entregava a um tal fastio, por efeitos do banzo, que nada queria comer”. Ao observar esse comportamento, resolveu investigá-lo e, após insistidas perguntas, veio a saber que “seu marido, a quem tanto amava, a havia dado a ela com ingratidão à dura escravidão, juntamente com sua tão estimada filha”. Tendo descoberto essa triste história, tentou animá-la com

³⁹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 31.

⁴⁰ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 31.

alguns agrados e até promessa de liberdade. Mas nada a tirava daquele melancólico estado, que arrancava das almas mais sensíveis lágrimas de compaixão ao vê-la entregue a tão profunda agonia. “Seus olhos eram como dois rios e de contínuo tinha a cabeça sobre os joelhos”. E assim ficou até falecer, deixando sua filha à mercê das incertezas de um mundo injusto e sombrio a caminho do cativo. Sabe-se que ela sobreviveu e foi estimada como “heroína do amor”, tendo recebido batismo com simbólico nome de Lucrecia (dama romana raptada por um nobre etrusco que optou pela morte a ser escravizada); uma clara homenagem à sua mãe.⁴¹ Essa é uma história dramática, das tantas engendradas pela escravidão, que na *Memória* emerge como uma adaga no coração de quem, por força do cristianismo ou da Ilustração, se sensibilizava com a miséria da existência humana e suas contingências cotidianas.

“A segunda moléstia crônica, e de sumo perigo, vem a ser a sarna”. De caráter altamente contagioso, ela se propaga facilmente, sobretudo quando as circunstâncias a favorecem, como nas etapas do tráfico nas quais inúmeros negros são reunidos sem as mínimas condições de higiene por tanto tempo. Essa enfermidade distingue-se em duas: a sarna mansa e a brava. Essa última “ocupa o terceiro lugar das doenças crônicas” e “é igualmente epidêmica”, mas de outra natureza em relação à anterior por se “tratar de efeito de mal venéreo: declara-se nas pudendas, na virilha, no nariz, atrás das orelhas; e lhe chamam de boubas”, que se apresentam sob forma de chagas, cuja dilatação atinge a circunferência de uma moeda.⁴²

“A quarta espécie de doenças crônicas, que acometem a escravatura, vem a ser o escorbuto”.⁴³ Essa enfermidade é provocada pela carência de vitamina C. Durante o enorme percurso entre a África e o Brasil, principalmente na etapa da travessia atlântica, a alimentação ficava muito a desejar. Na referida etapa, os alimentos frescos não resistiam muito tempo e o reabastecimento não se fazia, por razões óbvias, rapidamente. E quando se abastecia, as fontes de vitamina C (frutas

⁴¹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp. 31-32. A informação sobre o nome de batismo da filha da escrava falecida encontra-se na versão original de Luís Antônio de Oliveira Mendes Cf: Oda, O banzo e outros males, p. 356

⁴² Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 32.

⁴³ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 33

cítricas e algumas verduras) não estavam sempre disponíveis. Consequentemente, era comum embarcações chegarem aos portos com grande número de escorbúticos, os quais se conhecia pela pele escamosa, febre, hemorragia e dentes enegrecidos.

“Outra espécie de doenças crônicas que muito acometem a escravatura, e vem ocupar o quinto lugar, são os bichos que nascem nas mãos, corpos e com maior força nos pés”.⁴⁴ Os escravos andavam descalços, por motivo de economia e como marca de sua condição servil (uma forma de identificá-los como sendo desprovidos de liberdade, de tal maneira que os alforriados se esforçavam o mais rápido possível em encontrar um calçado para lhe afastar essa identidade). Assim, ficavam facilmente expostos ao agente invisível responsável por comichão e, se não fosse expulso, por uma inflamação que poderia causar grandes danos, como a perda de mobilidade, febre, ínguas e fortes dores.

“A sexta qualidade de doenças crônicas, que costumam levar grande número da escravatura insensivelmente à sepultura, vem a ser as lombrigas”. O diagnóstico feito na época acabou revelando-se equivocado (“relaxação do estômago proveniente do “clima ardente” e das comidas de inferior qualidade que são as que de ordinário têm os escravos”),⁴⁵ pois entendia-se a formação dessa verminose como resultado de geração espontânea dessas duas combinações, clima quente e má alimentação. Entretanto sua enorme incidência nos cativos é resultado das precárias condições de higiene às quais estavam submetidos.

“Na ordem das doenças crônicas ocupam o sétimo lugar as hidropisias, por cuja porta vão ter à morte muitos mil escravos”. Essa moléstia provoca enorme inchaço no ventre e um amarelão nos olhos com grande incômodo para o enfermo, que por isso apresenta movimentos lentos e uma quase letargia. Isso é normalmente resultante da redução ou paralisação das atividades do fígado por

⁴⁴ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 33.

⁴⁵ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 33.

má alimentação, ou verminoses (esquistossomose), ou vírus (hepatite) ou por excesso de bebidas alcoólicas. Quando o consumo exagerado delas tornava-se diário, Luís Antônio de Oliveira Mendes identifica “a oitava e última das moléstias crônicas e a mais prejudicial”, qual seja, “a que chamam vulgarmente ressecação dos bofes; doença que provém de muita giribita, ou aguardente, e cachaça do Brasil, que de contínuo bebe toda a escravatura”. Pois, conforme explica:

A esta se entregam com extremo por três princípios: primeiro; porque vivendo em seu país natalício, aonde há falta dela, e sendo apaixonadíssimos desta bebida, ao depois encontrando-a com abundância, se fartam dela: segundo; porque a debilidade, a frouxidão, e a relação do seu estomago assim o pede: terceiro, porque sendo os escravos nascidos em um país muito mais quente que o Brasil, que demais é assistido de muitas virações, andando muito mal vestidos, sentem frio, e na falta de roupa se entregam a esta bebida, persuadidos de que os aquece; o que sendo momentâneo, continuam na mesma bebida, para sustentarem o pretendido calor, com danificação conhecida das suas entranhas.⁴⁶

A parte final de sua *Memória* é dedicada aos “meios de se acautelarem, e de se curarem tanto das enfermidades agudas, como crônicas, que acometem e matam os pretos escravos, tanto em suas jornadas, estadas nos portos marítimos da África, como no embarque deles, e em todo o Brasil, assim quando chegam, como no decurso das suas curtas vidas”. Com esse gigantesco título ele apresenta o última, o mais longo e o mais importante capítulo do seu libelo. Nele sugere que “os pretos escravos da África, desde o instante de seu infeliz cativoiro, encontrariam a melhora, ou pelo menos a conservação da sua saúde, se também encontrassem outro discernimento” os agentes da escravidão desde o tráfico até o cativoiro.⁴⁷

O discernimento aludido refere-se a uma mudança de mentalidade por parte de tais agentes no tocante ao tratamento dos escravos, que era determinado pela lógica predominante no negócio negreiro e no cativoiro em relação ao preço dos escravos. Para os traficantes, quanto menos o gasto feito com eles até a venda, maior seria o lucro. Para os grandes proprietários coloniais, o dispêndio com a manutenção da escravaria deveria ser conformado com o custo do seu

⁴⁶ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 34.

⁴⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 34-35.

empreendimento e com a expectativa do tempo de exploração da força de trabalho dela e com as próprias circunstâncias do mercado de consumo de seus produtos (quando a demanda estava em alta e os lucros compensassem, normalmente ampliava-se a exploração do trabalho escravo). Era determinado também pelas maneiras de ver e interpretar a vida, a sociedade e o mundo na época do Antigo Regime. Uma época em que as hierarquias sociais eram consideradas naturais e, com efeito, as relações de dominação muitas vezes impunham aos considerados inferiores (tanto na escala das relações sociais, quanto na escala das relações “raciais”) o desprezo às suas existências, que somente tinham sentido no universo das elites como serviçais.

O novo discernimento, que aquele ilustrado luso-brasileiro procurou em seu texto contribuir para fomentar nos agentes da escravidão, deveria ser pautado em diversas posturas orientadas nos apelos humanísticos da Ilustração e pela racionalidade econômica neo-mercantilista, em voga no século XVIII, que pregava, entre outras coisas, o fim do desperdício de vidas para se obter maior eficiência e rentabilidade.⁴⁵

Em relação à etapa inicial do tráfico desde o sertão até o armazenamento nos portos, ele propõe cinco regras. A primeira deve ter em conta “que os pretos perdendo a sua liberdade ficam desde o começo apaixonados e entregues a um indivisível ressentimento”. Por isso eles têm de ser tratados “com brandura e agrado, para fazer o cativo menos sensível, e desvanecer pouco a pouco o banzo, que não os desacompanha”. A segunda consiste em disponibilizar “no rancho, ou lote de escravos (...), um daqueles seus práticos a que chamam curandeiros”, para “no decurso da viagem observar as enfermidades e aplicar a medicina do seu uso”. Em terceiro vem a prudência de “fazer descansar a escravatura em os sítios mais frescos, e oportunos, onde houverem melhores águas e mantimentos (...), regulando a viagem sempre de tal modo que um dia fosse de marcha e outro de descanso”. Nessa mesma regra ainda é igualmente prudente “transportar em odres a água necessária (...) para se fugir à grande e extraordinária sede, e serem prevenidos as muitas enfermidades a que ela dá

origem”. E o mesmo deve-se praticar sobre os mantimentos, para que nas jornadas fossem os escravos mantidos e sustentados, quando não fosse com fartura, pelo menos com o preciso, para se evitarem as grandes fomes, que de⁴⁸contínuo experimentam em tão longas jornadas”. De modo que “os infelizes escravos não venham a um tempo sentir as muitas calamidades provenientes da mudança do clima, das águas, da fadiga da jornada, do sol a que vêm expostos, da fome e sede”. A quarta regra impõe a obrigação de “cortar das fazendas levados para permutação o que fosse preciso, para que com ele o miserável escravo de noite se cobrisse, para deste modo resistir aos efeitos do sereno da noite”. Deve-se também “cortar algum mato em aqueles sertões para camas, o que com a maior facilidade se pode fazer em aqueles países desertos e abundantes de arbustos, cujas folhas secas somente usam para esse fim”, de modo a proporcionar a escravatura melhor descanso e proteção contra a umidade da terra. A quinta e última regra é fazer conduzir ao lado dos libambos “certa porção de escravatura mansa (...) para diariamente caçando para o sustento não apenas de si próprio, mas também de toda a caravana” de forma que “chegado ela ao lugar do arraial [onde se faz pouso], venha frequentemente a ter carne fresca”.⁴⁹

Em relação ao tempo que os comboiados ficavam nos armazéns do litoral africano à espera do embarque para o cativo, Luís Antônio de Oliveira Mendes, em tom de denúncia, expressou-se da seguinte maneira:

O que vem a ser mais lastimável é que chegando a tal, e qual porção da escravatura salva aos portos para o embarque, aonde tudo abunda, como por exemplo em S. Paulo de Luanda, devendo-se a tudo isto ocorrer, pelo contrário é a escravatura mantida em a mesma economia, e falta do seu preciso; porque os comerciantes ali estabelecidos, que se entregam à negociação de escravos, insistem em o seu errado sistema, de que quanto mais pouparem no sustento, e tratamento da escravatura, muito mais vêm lucrar em a negociação dela: sem se desenganarem, até pela própria experiência, de que continuando nesta mesquinhez, e economia, tão mal

⁴⁸ No caso português, tal racionalidade é discutida, entre outros autores, por Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do sistema colonial*. 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1995, capítulo IV e Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, capítulo VII.

⁴⁹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp. 35-37.

entendida, como mal aplicada, que infinitos escravos sucessivamente lhes morrem vindo neste sentido a ser homicida deles.⁵⁰

Como exemplo do contrário dessa postura dos negociantes, dedicados à recepção dos escravos chegados do sertão e ao armazenamento deles enquanto aguardavam os negreiros, o autor apresenta o procedimento do já mencionado Raimundo Jalama. Administrador do contrato das companhias do comércio do Grão-Pará e Pernambuco em São Paulo de Luanda, capital da Angola, entre 1760 e 1770. Este havia observado os estragos enormes sobrevindos à escravatura durante a espera pela travessia e concluiu ser isso decorrente do mal trato a que ela estava sendo submetida, resultando em muitas perdas de vida e prejuízos para as companhias. Resolveu então calcular os prejuízos e comparar com o custo do melhor tratamento dela. Assim descobriu “que a companhia pela diferença dos preços, e pelo maior número de cabeças salvas, viria a lucrar de dez a vinte por cento” mais.⁵¹

Aos capitães dos navios negreiros, várias recomendações são feitas na *Memória*. “Deveriam ter por cautela transportar melhor a escravatura”, ao embarcar menor número dela. “Isso a desafogaria de tanto aperto nos porões e, ao mesmo tempo, proporcionaria maior espaço para mais mantimentos e água”, sem que continuasse a experimentar novas fomes e sedes por efeito de uma escassa ração e de uma escassa medida de água, que de vinte em vinte e quatro horas se lhes dá. O contrário, “embarcando muitos, muitos também morrem, e abafando uns aos outros enfermam; e ainda aqueles que vêm a ficar salvos, para sempre se conservam enfezados, e doentes, vindo em terra a falecer”. Muito contribuiria igualmente para evitar esse desfecho trágico “a providência de fazer embarcar não só mantimentos bons, mas também estes com abundância”, ao invés de gêneros “avariados, que, seguindo o mais barato, se compram nos Portos da América” para reduzir os custos da “infeliz negociação”, que os levam à África.

⁵⁰ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 37.

⁵¹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil” p. 38.

Desse modo evitariam que “a desgraçada escravatura a um tempo [viria] a sentir dois males: “a fome, dada a escassez de alimentos, e o mal estar provocado pela má qualidade deles”; ambos “danosos à saúde”. A mesma providência devem lhes tomar com a água, que deveria ser servida com abundância, para saciar a sede dos embarcados “aumentadas por muitos e diversos modos”: por causa “de peixe salgado, que lhes cabe em ração, porque vem abotecada em uma coberta, em que está em perene suor e pela ardência do clima, e da estação, em que são transportados. Por fim, conduzi-los em embarcações mais espaçosas, com ventilação apropriada e facilmente penetrada pelos raios do sol e construídas de forma a evitar tanta invasão de água da chuva.”⁵²

“Como pois os capitães e os senhorios dos navios são teimosos em o seu projeto, aliás errado, de economia, com o sacrifício de vidas de muitos escravos”, Luís Antônio de Oliveira Mendes faz uma sugestão à coroa:

Seria a última das providências, que os navios, quando fossem despachados para este fim, tanto em os portos da sua saída, como nos da recepção dos escravos, fossem lotados com taxa, e determinação das cabeças, que pelo muito deviam transportar; sem que a mais se desse licença: com um rigoroso exame em os viveres, e na aguada precisa; subsistindo a cominação, de que trazendo maior número, do que o de sua lotação, seriam além de castigados com penas arbitrarias, condenados a sofrerem o prejuízo de serem manumitidos os últimos escravos, que embarcaram, e que excederam o número prefixo; pois se abusa grandemente da Lei 18 de Março de 1684, inserta na Col. I, n. 3, à *Ordenação*, L. IV, tit. 42.⁵³

A lei citada refere-se à determinação de cada embarcação respeitar a capacidade máxima de escravos, carreando de 2,5 a 3,5 indivíduos por tonelada, conforme as características de sua estrutura, bem como a proporção de água e mantimentos que deveriam ser embarcados de acordo com a quantidade de carga humana e do tamanho da tripulação. Como ela geralmente não era cumprida (pela falta de maior fiscalização e, em tantos casos, pela negligência e até mesmo conivência dos poucos fiscais) os africanos chegavam em condições muito adversas para seguirem rumo ao cativeiro, conforme argumenta o autor da *Memória a respeito dos escravos e tráfico de escravatura entre a Costa da África e o*

⁵² Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp. 39-40.

⁵³ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 41.

Brasil: Militando pois todo este tropel de desgraças contra os infelizes escravos; se a tudo eles resistem, e salvam em os países americanos, os que ali aportam, vêm a ser um resto da escravatura, do que homens. É uma leva de enfermos, que de um hospital se muda para outro.⁵⁴ Ao contrário disso, se fosse tratada com as devidas cautelas e providências, se não desde as marchas nos sertões de suas distantes terras nos depósitos portuários e na árdua, difícil e demorada travessia, ao menos ao desembarcar, quando são recebidos pelos “senhores das negociações” que os repassam para os colonos, “dentro de poucos dias seria vista sã e forte (...) e isto com visível interesse, porque a reputariam por muito melhor preço, e vendendo-a logo”. Assim, “desviariam de si por mais tempo o risco do fôlego e se dispersariam de a sustentar, ainda que seja com parcimônia, por maior espaço de meses, enquanto ela não é vendida”.⁵⁵

Para reforçar seus argumentos sobre a maior vantagem econômica, que se poderia obter na relação entre melhor tratamento do escravo posto em oferta e o maior preço de sua venda, o autor expõe duas observações próprias feitas no Brasil, que julga “constantíssimas a todos que lá viveram por alguns anos [como ele], e ainda mesmo aos que lá somente passaram”. Na primeira delas, diz: “observei que comprando qualquer sujeito um escravo (...), tratando-o como coisa sua, com frutas e comidas sadias, e finalmente despendendo com ele todo o bom, dentro de poucos meses aparece um escravo robusto e trabalhador”.⁵⁶ Na segunda afirma:

Observei mais em aquele país, que homens havia de poucas posses, que se empregavam em comprar o remanescente da escravatura, a que já o comissário não tinha comprador, e refugada por todos, não a querendo nem fiada os senhores dos engenhos; não sabendo finalmente já o comissário, que saída havia de dar a ela: sendo este refugio por aqueles comprado levando-o para sua casa, medicando-o, e dando-lhe o sustento, e o vestuário

⁵⁴ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 4

⁵⁵ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil” p. 42.

⁵⁶ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 42

preciso, e fazendo-o mudar de ares; convalescendo a mesma escravatura desprezada, dentro de pouco tempo a revendiam como sã, robusta, e forte por um muito bom preço: e que neste tráfico continuavam, entregando-se a um novo gênero de indústria, chegando até para este fim a comprá-la fiada, vindo a pagá-la com o preço da mesma escravatura sarada, e restabelecida.⁵⁷

A última parte do capítulo final é dedicada aos “meios de acautelar e remediar as enfermidades” dos escravos. Se todas as precauções sugeridas anteriormente fossem colocadas em prática pelos agentes da escravidão, desde a ponta inicial do tráfico até os grilhões da América, os índices de mortalidade da população escrava seriam diminuídos. Mas para isso, uma verdadeira reforma dos costumes deveria ser promovida por todos os que foram tocados pela exortação dos enciclopedistas (no artigo humanidade: “percorrer o mundo para combater suas desgraças”),⁵⁸ a fim de ao menos abrandar as crueldades de uma já rigorosa (dada a sua natureza evidentemente violenta) escravidão.

Assim, a parte final do capítulo conclusivo é endereçada principalmente ao grande proprietário no Brasil, como forma de oferecer a ele, na administração diária dos seus escravos, meios para preservar a saúde destes. Em outras palavras, trata-se de uma tentativa de reorientar seu comportamento no governo da escravaria,⁵⁹ em relação ao tratamento dela, o qual sendo bem conduzido reduziria a necessidade de gasto com médico que, por ser geralmente caro, era quase sempre evitado caso o seu custo não compensasse o benefício.

Como a maioria das doenças consideradas mais comuns entre a população escrava já se conhecia, “a cada uma delas chega a medicina, sendo aplicada a tempo; porém, a mesma medicina não pode emendar a negligência e o mau trato a que os pretos escravos ficam entregues, até que eles no desamparo morrem”. Afinal, “a medicina não é tão pobre, que não tenha remédio com que se” as cure,

⁵⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp.3.

⁵⁸ *Encyclopédie ou Dictionnaire Raesonné des Sciences, des Arts et Métiers*. 2ª ed., Lucques, Chez Vicent Giuntini. Tomo VIII, 1766, p.285. A definição apresentada no artigo é a seguinte: “Um sentimento de benevolência por todos os homens, que se exalta somente em uma alma grande e sensível. Esse nobre e sublime entusiasmo se atormenta com as penas dos outros, com a necessidade de mitigá-los. Ele quer percorrer o universo para abolir a escravidão, a superstição, o vício e a desgraça

⁵⁹ Uma das abordagens mais completas sobre o governo dos escravos e administração dos escravos na América foi feita por Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente*.

desde que “os escravos encontrem a piedade em os seus senhores”, se estes “lhes chamarem médicos que lhes assistam”.⁶⁰

De todas as considerações médicas apresentadas na *Memória* sobre as doenças, a que mais vale a pena abordar, por revelar uma das questões centrais sobre a administração ou o governo dos escravos, é o banzo; gravíssima enfermidade, que surda e insensivelmente abrasando e consumindo a escravatura, a vai fielmente entregar a morte”.⁶¹

O banzo é outra gravíssima enfermidade, que surda, e insensivelmente abrasando e consumindo a escravatura, a vai fielmente entregar à morte. O meio mais pronto, e o mais natural, que quanto pode haver para exterminar esta moléstia de tão péssimas conseqüências, pois que o seu curativo não pode achar socorros ainda que na melhor medicina, deve ser o excogitar-se tudo quanto possível seja para desterrar-se da infeliz escravatura aquela justa paixão, a que se entrega, na cogitação de que vive combatida dos maiores males. Em a difusão deste justo sentimento deve ter o primeiro lugar um trato que seja capaz de a desimaginar, de que ela não vive, e que não fora trazida, para uma positiva desgraça, na qual se acha sepultada: deve ter o segundo lugar comportarem-se os seus senhores para com ela de um modo benigno, e afável, indicando-lhe que se acham bem servidos, inspirando na escravatura os sentimentos, de que têm eles por acerto, e por fortuna a uns bons escravos; para na recompensa nascerem os outros correlativos sentimentos nos escravos, de que tiveram a dita de encontrar a um bom senhor: deve ter o terceiro lugar o moderam-se os castigos: deve ter o quarto lugar a permissão de ela se divertir e folgar ao seu modo, e ainda com convocação dos seus patriotas e semelhantes; para lhe influir um justo prazer, e a necessária alegria, o que só é capaz de fazer desterrar o banzo e as moléstias fúnebres a que com facilidade se entregam.⁶²

Ao concluir a sua exposição sobre os meios preventivos e curativos para melhor preservar a escravaria, para o bem da humanidade, para a grandeza da riqueza do Estado e para a prosperidade dos colonos, Luís Antônio de Oliveira Mendes faz uma última advertência: “Todas estas enfermidades, que levam escravos à sepultura, seriam evitadas se em tempo fossem tratadas; porém se o

⁶⁰ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”. A primeira citação na p. 43, a segunda p. 46.

⁶¹ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 48.

⁶² Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 48.

mau trato a uma acorda, e as outras promove, (...) vem a servir de aumento aos infinitos males principiados com a escravidão, e ultimados com a fiel entrega dos ossos à terra”.⁶³

Suas palavras finais são, na versão revisada para a publicação em 1812 (aqui utilizada), uma exortação ao poder da Casa Real para, em nome da humanidade e da maior eficiência e rentabilidade expressa na noção de interesse econômico, cada vez mais em voga na época, combater todos os abusos cometidos pelos agentes da escravidão contra os que para ela foram arrastados. Já na versão original, lida na Academia Real das Ciências de Lisboa em 1793, suas palavras são bem mais contundentes: “O céu, a terra, a humanidade e a mesma Real Coroa, para a resistência destes abusos pede vingança.”⁶⁴

Isso faz daquele ilustrado luso-brasileiro um anti-escravista, como acredita Ana Maria Goldini Raimundo Oda, apoiada em um estudo de Robert Slenes?⁶⁵ Ou as suas últimas palavras são apenas frases de efeito para provocar inquietação nos seus interlocutores, estimulando um debate sobre tema que se tornava bastante delicado na cultura ocidental? Convém lembrar que em alguns trechos de sua *Memória*, ele também revela-se um conselheiro dos agentes da escravidão, sobretudo na sua ponta final, no cativo, ao sugerir que os africanos se tornariam bons escravos se fossem bem tratados. Mas isso seria o suficiente para considerá-lo somente um divulgador de “cuidados humanitários e médicos, no âmbito de uma mais vasta terapêutica social”, conforme afirma o responsável pela edição da coletânea de textos da Academia Real das Ciências de Lisboa, José Luís Cardoso, ao concluir que, na *Memória*, “a legitimidade da escravidão não é questionada, [pois] em causa está o modo de a tornar efetivamente rentável”?⁶⁶

Seria necessário investigação mais profunda sobre a vida e a obra de Luís Antônio de Oliveira Mendes, para se chegar a uma resposta convincente. E isso

⁶³ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, pp. 49-50.

⁶⁴ A versão de 1812 está em Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 50. A citação da versão de 1798 é fornecida por Oda, *O banzo e outros males*, p. 359.

⁶⁵ Oda, *O banzo e outros males* p.359. Robert Slenes, p.18, em seu estudo *African, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery (Lithographis) (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. Slavery and Abolition*, v.23, 2002.

⁶⁶ O comentário de José Luis Cardoso está na nota b da p. 9 de Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”.

pode ser iniciado com pistas por ele deixadas no seu texto. Uma delas encontra-se no início de sua conclusão, na versão expurgada (e publicada em 1812). Lá afirma somente lhe restarem, em face do conteúdo da sua exposição, duas reflexões: 1^a) de que a mortandade dos escravos é fruto dos maus tratos dos agentes da escravidão; 2^a) de que em nome da humanidade e dos interesses da Coroa isso deveria ser combatido. Antes de apresentá-las adverte “que qualquer delas seria capaz de dar matéria a outro novo discurso, mas se entregaria “a concisão a que resta a melhores pessoas”. Após essas últimas palavras, escreveu uma nota (nº 29) na qual escreveu o seguinte: “Assim como se omite o que neste discurso poderia dizer-se de considerações morais, mas deve ler-se nos sermões 14º, 20º, 27º do Rosário”.⁶⁷

Na nota a referência clara é o texto do Padre Vieira, *Sermões*, compostos de prédicas morais, proferidas na Bahia entre 1633 e 1680.⁶⁸ Os de número XIV, XX e XXVII, são destinados aos escravos e seus senhores, e seu tema principal é a escravidão. Neles o jesuíta aborda, entre outras coisas, o tratamento recebido pelos negros no cativo, condenando a falta de espírito cristão por parte dos proprietários dos engenhos baianos. Ao fazer isso, procurou tocar as consciências senhoriais, para melhorar a condição dos cativos, lembrando que a justiça divina é implacável no Juízo Final. Por outro lado, empenhou-se para exortar a escravatura a conformar-se com a sua condição servil, como meio de encontrar a salvação eterna.⁶⁹

Ainda não é possível saber qual a leitura Luís Antônio de Oliveira Mendes fez da sermonística do Padre Vieira (autor de uma escrita repleta de alegorias paradoxais, próprias da cultura barroca por meio de qual se expressou, que por isso pode ser lida de infinitas maneiras). Mas ao citá-lo, apenas pode estar em busca de um reforço de peso para sustentar a imagem perversa das práticas

⁶⁷ Mendes, “Memória a respeito dos escravos e do tráfico de escravatura entre a Costa da África e o Brasil”, p. 50, nota 29.

⁶⁸ Uma das edições disponíveis da obra do Padre Antônio Vieira foi organizada por Hernani Cidade. *Padre Vieira (Sermões)*. Lisboa, volume III, 1940.

⁶⁹ Uma das melhores interpretações sobre os Sermões XIV, XX e XXVII do Padre Vieira pode ser encontrado em Ronaldo Vainfas. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista colonial*. Petrópolis, Vozes, 1986, especialmente nas páginas 96-7, 101, 105-7, 114 e 123-129.

escravistas vigentes, que tanto se esforçava para ajudar a mudar. Ou, mais do que isto, insinuar que, apesar da riqueza das nações ainda depender do trabalho escravo, já não podia sustentá-la por muito maior tempo, dada a sua cada vez mais clara incompatibilidade com os velhos ideais cristãos de amor ao próximo e com os novos ideais iluministas de civilização, progresso e humanidade.

O certo é que ele, como um ilustrado, membro de uma instituição científica patrocinada pela Coroa (um *savant d'état*,⁷⁰ ou, por que não dizer, um intelectual orgânico?), se fosse claramente partidário do abolicionismo, não ousaria revelar-se como tal em texto para ser lido em sessão solene da Academia Real de Ciências de Lisboa, uma vez que um dos grandes objetivos práticos desta instituição era o de promover o progresso material do império de Portugal, em adiantada crise naqueles tempos.⁷¹ Por outro lado, se a legitimidade da escravidão não estava explicitamente questionada na sua *Memória*, a sua natureza ao menos estava sendo repugnada, devido a forma como escreveu, usando um novo padrão de escrita (denominada narrativa humanitária), por meio do qual se fazia grande esforço para conquistar o leitor para uma causa, estimulando-lhe o sentimento de compaixão. Desse modo, pode se considerá-lo o principal combatente intelectual luso-brasileiro de uma cruzada moral promovida, a partir do movimento ilustrado da Era das Luzes, por todos os que se sentiram sensibilizados com a brutalidade de uma relação social de produção fundamentada na expiação violenta da liberdade humana.

Artigo Recebido em 11.07.2013

Artigo Aprovado em 17.09.2013

⁷⁰ Ou *savant du ancien régime* é uma noção, definida como um intelectual que atuava nas instituições de Estado, aceitando os valores e hierarquias de uma sociedade regida pelo onipresença das honras e dos privilégios como forma de diferenciar os seus indivíduos, formulada por Vincenzo Ferrone, “O homem de ciência”, in Michel Vovelle, *O homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 159. Em outras palavras, trata-se do clássico conceito gramsciano de “intelectual orgânico” adaptado por Ferrone às sociedades do Antigo Regime.

⁷¹ Lilia Moritz Schwarcz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. 2ª ed., São Paulo, Cia das Letras, p. 65.